

## A situação dos trabalhadores da TAP

# Os sindicatos defendem regresso à normalidade

Os Sindicatos representativos dos vários sectores do pessoal da TAP emitiram um comunicado conjunto em que, verberando a actuação de um grupo que dizem minoritário de trabalhadores daquela empresa no desencadeamento da greve que durante vários dias paralisou, praticamente, os serviços dos Transportes Aéreos Portugueses, consideram, no entanto, como «indesejável a intervenção de Forças Armadas em conflitos de trabalho», pelo que pleiteiam a cessação da mobilização militar decidida pelo Governo, «com o consequente retorno a uma situação de normalidade».

*Subscrito pelos Sindicatos dos Ajudantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros; dos Electricistas do Sul; dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; dos Engenheiros Técnicos; do Pessoal de Voo da Aviação Civil; dos Técnicos de Desenho; dos Metalúrgicos e Metal-Mecânicos do Distrito de Lisboa; e, também, da secção regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros, o referido comunicado, que tem a data de hoje, diz:*

«Os sindicatos representantes dos trabalhadores da TAP e intervenientes nas negociações do Acordo Colectivo de Trabalho com esta empresa, colocados perante a situação de greve ocorrida nos últimos dias nalguns sectores da mesma e face à gravidade dos factos decorrentes dessa situação, decidem tornar públicas as seguintes considerações:

«1. Analisadas as circunstâncias em que se processou a apresentação de um caderno reivindicativo pelos trabalhadores do sector Divisão de Manutenção e Engenharia e a posterior condução do movimento de mobilização para a greve, verificam que num Plenário Geral de Trabalhadores, convocado pela Comissão Sindical para analisar as medidas a adoptar em face da paralização das negociações do A.C.T., paralização esta ocasionada pela recusa da Comissão Administrativa em as prosseguir com o fundamento da sua situação demissionária, surge, pela primeira vez, a proposta de trabalhadores da D.M.E. de se avançar um caderno reivindicativo.

«O conjunto de reivindicações então avançadas, já nesta fase inicial, foi considerado pela generalidade dos trabalhadores presentes como irrealistas e em consequência disso são repudiadas pelos mesmos que, por esmagadora maioria, votam pela sua não aprovação.

Surgida a seguir uma proposta de entrega das reivindicações à comissão sindical, os proponentes das mesmas imediatamente as retiraram, manifestando assim nítido espírito sectário, furtando-se ao tratamento democrático das proposições que advogavam.

Confirmando essa linha unilateral e divisionista, decidiu o grupo accessor ao A. C. T. por parte dos metalúrgicos convocar um plenário exclusivamente destinado aos trabalhadores metalúrgicos onde, explorando um evidente clima emocional de solidariedade pouco crítica por parte dos trabalhadores presentes, fazem aprovar a constituição de uma comissão encarregada de proceder à elaboração do caderno reivindicativo em forma definitiva.

E, assim, por demais evidente a tentativa de prosseguir numa via que, anteriormente, a generalidade dos trabalhadores da TAP já havia recusado, inclusivamente o sector metalúrgico.

A partir daqui, os processos utilizados na condução da situação que vem a resultar na greve, não obstante as negociações do A.C.T. estarem a decorrer normalmente no momento em que esta é declarada, evidenciam a nítida intenção de criar um clima de irredutibilidade que, como é evidente, só poderia levar — como levou — à confrontação com o Governo e consequente intervenção das Forças Armadas.

2. Perante estes factos e tendo os Sindicatos signatários perfeita consciência de que, no momento actual, quaisquer situações de confrontação directa entre os trabalhadores e as Forças Armadas só resultam favoráveis às manobras reaccionárias do grande capita, monopolista, condenam veementemente as posições demagógicas e oportunistas deste grupo minoritário dos trabalhadores TAP chamando à atenção de todos os trabalhadores que representam para os perigos que este tipo de actuação encerra, ao colocarem em xeque a indispensável unidade de toda a classe trabalhadora e, por outro lado, a sua necessária aliança com o Movimento das Forças Armadas.

3. Consideram os Sindicatos indesejável a intervenção de forças armadas em conflitos de trabalho.

4. No que respeita a actual situação de mobilização militar a que os trabalhadores da TAP estão submetidos, entendem os Sindicatos que o Governo deverá fazer cessar tal mobilização com o consequente retorno a uma situação de normalidade.»